

A “EXTREMATURA” LEONESA - O CASO DA FRONTEIRA DE RIBA-CÔA NOS SÉCULOS XII-XIII

por **António M. Balcão Vicente***

O Tratado de Alcañices surgiu com o objectivo de resolver definitivamente as querelas fronteiriças entre Leão/Castela e Portugal e que o Tratado de Badajoz não solucionara definitivamente.

De facto, se o acordo firmado em 1264 resolveu a questão do Algarve, não deixou de manter em aberto diversos problemas na margem esquerda do Guadiana, na fronteira transmontana e no Riba Côa.

No Alentejo, D. Dinis ocupou as vilas de Serpa, Moura e Noudar, concedendo-lhes foral em 1295 e ultrapassando profundamente os limites impostos pelo acordo de 1264. No ano seguinte seria a vez de Mourão. Em Trás-os-Montes, depois de solucionada a questão de Chaves e do Montenegro, ocupadas por Afonso IX no primeiro quartel do século XIII¹, e restituídas após o acordo efectuado entre Sancho II e Fernando III no Sabugal em 1223 e ractificado em Zamora em 1231², mantinha-se o problema de Aliste³. Finalmente o

* Universidade de Lisboa.

¹ Para além destes territórios, Afonso IX ocupou, também, Ulgozo junto da fronteira do Douro. Em 1212, doa a vila de Malhadas (c. Miranda do Douro) a Pedro Gutiérrez "...pro bono et grato servicio quod michi fecistis in Ulgozu et aliis locis..." GONZÁLEZ, Júlio. *Alfonso IX*. Madrid, 1944, doc. 282.

² VELOSO, Maria Teresa Nobre. "A questão entre D. Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais", *Revista Portuguesa de História*, tomo 18, Coimbra, 1980, pp. 225-226.

³ Apesar de Afonso Henriques ter renunciado a este território na Conferência de Celanova, em 1160, o que justificaria que Fernando II confirmasse (IAN/TT *Gaveta* 1. m. 1, doc. 12) a doação da vila de Maide feita pelo primeiro rei português a San Martin de Castañeda em 1154 (AZEVEDO, R. de, *Documentos*

Riba Côa. Desde Afonso Henriques que esta faixa planáltica, entre o Côa e o Águeda era disputada pelas coroas de Portugal e Leão⁴, tendo originado mesmo alguns fracassos às armas portuguesas. O infante Sancho foi derrotado pelos homens de Fernando II nos Campos de Argañan, junto de Ciudad Rodrigo, em 1180. Dezanove anos depois, as armas de Afonso IX triunfariam novamente sobre D. Sancho I, perto de Pinhel, na sangrenta lide de Ervas Tenras⁵.

Durante um período de quase cem anos, as pretensões portuguesas ao domínio da região, ainda que não tivessem desaparecido, iriam manter-se em estado de quase latência⁶.

Ocupar-me-ei agora desta região que se estende do Douro à serra de Malcata no sentido Norte Sul e que sendo definida a Ocidente pelo rio Côa, se prolonga até ao vale do Águeda, a Oriente. Todo este espaço é uma vasta extensão planáltica com uma altitude média de 650 metros, sem acidentes geográficos que possam marcar a paisagem, se exceptuarmos a serra da Marofa, com 976 metros de altitude, e os vales das ribeiras de Tourões e de Dos Casas que, no seu percurso final correm em vales entalhados, com um perfil longitudinal em escadaria, traduzindo a penetração regressiva de sucessivos níveis de erosão⁷.

Medievais portuguesas. Documentos régios. Vol. I, tomo I, doc. 130). nada garante que desaparecessem as pretensões da coroa portuguesa ao controlo dessa região.

⁴ VICENTE, A. Balcão, "Domínio e senhorio de Santa Maria de Aguiar, séculos XII e XIII", *Actas do Congresso internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, Vol I, Ourense, 1992, p. 564, nota 2 e *Santa Maria de Aguiar - um mosteiro de fronteira: Património rural e paisagem agrícola. Séculos XII - XIV*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996 (= *Santa Maria de Aguiar*), pp. 44-52.

⁵ HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Pref. e notas críticas de José Mattoso, II, Lisboa, 1980, p. 115.

⁶ Tal facto não impediu, todavia, uma certa instabilidade política nesta região fronteiriça, provocada pela questão da soberania do Algarve Ocidental e da sua relação com a integração no reino de Niebla. Isto mesmo pode depreender-se do facto de Afonso III ter estado na Guarda, bem longe do território em disputa, durante o mês de Setembro de 1250, provavelmente tomando medidas de reforço da defesa de uma fronteira que deveria preparar-se para uma situação de guerra. O envolvimento da região nesta questão poderá, ainda explicar a existência no arquivo do cartório de Santa Maria de Aguiar de um exemplar do documento em que Afonso X, estando em Badajoz, manda, em 1267, Fevereiro 16, a D. João de Aboim e a Pedro Eanes que entreguem o Algarve e os seus castelos a D. Afonso III, libertando-os da homenagem que sobre eles lhe haviam feito (IAN/TT, *Aguiar*, m. 1, docs. n.º 4 e 5). Vicente, A. M. Balcão, *Aguiar*, pp. 130-131.

⁷ RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal I - A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa, 1989, pp. 147-148.

A região com solos pouco profundos e muito erosionados, caracterizados por um elevado nível de acidez, facto a que se associa um clima de características continentais, com Verões quentes e secos e Invernos muito rigorosos, oferece fracas potencialidades ao desenvolvimento de uma agricultura rica.

Da análise da documentação do cartório de Santa Maria de Aguiar⁸ concluímos que a região é, essencialmente, produtora de centeio, ocupando a vinha um papel importante nas encostas das ribeiras e nos terrenos mais profundos e argilosos de Castelo Rodrigo. No entanto, a grande riqueza regional assentava na pecuária, com rebanhos de ovelhas e cabras percorrendo rotas de transumância ancestrais e favorecendo, pelas suas características periféricas, a perpetuação de costumes comunitários, que apenas encontram comparação nas terras de Sayago, de Aliste⁹ e em Trás-os-Montes Oriental¹⁰.

Serão, aliás, as suas características de marginalidade, acentuadas pelas características próprias da actividade ganadeira, a permitir às comunidades locais a manutenção de uma acentuada individualidade e autonomia que estarão na base das diversas tentativas por parte de vários poderes estranhos à região para nela exercerem o seu domínio.

Esta questão conduz-nos a um outro problema. De onde surgem as comunidades que, a partir do século XII, começam a ser frequentemente referidas na documentação escrita? Que laços de continuidade estabelecem com períodos anteriores, que tipo de memórias guardam, que costumes mantêm, enquanto comunidades adaptadas a um meio adverso e sem grandes interferências do exterior?

O Riba Côa, enquadrando o *conventus emeritensis*, era, no período pré-romano, ocupado por dois povos distintos. A Sul da Marofa e estendendo-se até à Malcata viviam os Lancienses Transcudanos¹¹, enquanto o espaço compreendido entre a Marofa e o Douro era território dos Aravi, cujo polo principal se localizava em Marialva. Para Oriente do Águeda pontificavam os Vetões.

Neste espaço sobressaíam dois pólos "urbanos". Próximo do Douro, entre o Côa e o Águeda, o castro romanizado de "...Caliabria, qui aput Gotos postea sedis fuit¹²" e que "teneat de Sorta usque

⁸ VICENTE, A. Balcão, *Santa Maria de Aguiar*.

⁹ MENEZ, S., *Costumbres comunales de Aliste*, Madrid, 1900.

¹⁰ DIAS, J., *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, 1984.

¹¹ ALARCÃO, J. de, *O domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 41.

¹² *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Ed. crítica pelo P^o Avelino Jesus da Costa, Tomo I, Braga, 1965 (= *Liber Fidei*), doc. 10, p. 19.

Albenna¹³ e a *civitas* de Mirobriga¹⁴. De imediato se coloca a questão da localização destes dois centros urbanos. Juan Tamayo de Salazar localiza a velha Calabria “supra Dorium fluvium in vertice montis excelsi sita, quam hodie oppidani Calavre vocitant, in territorio Almendra”¹⁵ e Afonso IX referira-se-lhe, em 1191, na confirmação dos privilégios concedidos por seu pai à catedral de Ciudad Rodrigo, como “illam civitatem dictam Calabriam que iacet inter Coam et Agadam...”¹⁶. Provavelmente corresponderia às ruínas que podem observar-se à esquerda de quem desce para a desactivada estação da CP de Almendra pela estrada nº 332, próximo do local onde se localizava a herdade de S. Cibrão, pertencente a Santa Maria de Aguiar.

Também relativamente à localização da *civitas* de Mirobriga, várias hipóteses foram levantadas, embora pareça ser concensual admitir-se, hoje, a sua identificação com Ciudad Rodrigo, depois de abandonada a tese de Augustobriga¹⁷.

Face às vias que a atravessavam, dificilmente se poderá defender a hipótese do isolamento da região, neste período. Era atravessada transversalmente pela *Colimbriana* que unia Coimbra a Salamanca, por Ciudad Rodrigo, onde se ligava à *Dalmatia* que, atravessando o maciço central, colocava este centro em contacto com o vale do Tejo através de Moraleja e Coria, entroncando na *Guinea* antes de atingir a cidade de Cáceres.

Do período romano são inúmeros os vestígios em todo o Riba Côa¹⁸. Salientemos apenas a velha ponte Cipriano em Alfaiates, destruída pela J.A.E. e o marco miliário localizado por Leite Vasconcelos na mesma localidade e, desde 1920 à guarda do Museu Nacional de Arqueologia. O mais imponente, porém, ergue-se na colina da Torre de Almofala, onde parte do *podium* de um templo serve de suporte a uma construção do período moderno. Nesse mesmo

¹³ *Liber Fidei*, doc. 9, p. 16.

¹⁴ Sobre a questão Mirobriga / Augustobriga ver MARTÍN BENITO, Jose Inacio e MARTÍN BENITO, Juan Carlos, *Prehistoria y Romanización de la Tierra de Ciudad Rodrigo*, pp. 146-156.

¹⁵ SALAZAR, Juan Tamayo, *Anamnesis sive commemoratio omnium sanctorum Hispaniorum*, VI, p. 359.

¹⁶ B.N.M., ms. 6.683, fl. 78 e ms. 3.546, fl. 160. Pub. P.^{re} FLOREZ, Henrique, *España Sagrada*, XIV, ap. II, p. 366 e GONZÁLEZ, Julio, *Alfonso IX*, Vol II, p. 75. Sobre este assunto ver V. DAVID, P., *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XI^e siècle*, pags. 37 e 45.

¹⁷ MORÁN, Bardón, *Reseña histórica artística de la Provincia de Salamanca*, Salamanca, p. 17 e MARTÍN BENITO, Jose Inacio e MARTÍN BENITO, Juan Carlos, *Prehistoria y Romanización de la Tierra de Ciudad Rodrigo*, p. 150.

¹⁸ VICENTE, A. Balcão, *Santa Maria de Aguiar*, p. 37.

lugar, a continuidade de povoamento manifesta-se através das ruínas de uma aldeia medieval, onde anteriormente se erguera um eremitério, local que, em 22 de Agosto de 1165, Fernando II designa como "Turris Aquilarum"¹⁹.

A própria toponímia, embora não seja muito rica em nomes anteriores à reconquista, não deixa de revelar a continuidade de ocupação do espaço. Do período pré-romano ficou-nos o topónimo Batocas, (batoki, propriedade²⁰) no extremo norte do concelho do Sabugal. Se no caso de Escarigo a origem hispano-visigótico de *Ascaricus* pode ser posta em dúvida²¹, Leomil indicia claramente a sua origem germânica²². Almendra (*Amindula*) surge em documento de 960 em doação de D. Chama a sua tia D. Mumadona²³. São, no entanto, os topónimos de origem árabe que apresentam peso mais significativo: Alfaiates (*al-haiat*, cobra, víbora²⁴), Almeida (*al-maidâ*, a mesa²⁵), Almofala (*al-mahalla*, acampamento militar²⁶), Caria Talaia (*qariâ tâlia*, povoação fortificada²⁷), Arrifana (*ar-rihanâ*, murta²⁸) e Mesquitela. Será esta persistência da influência árabe resultado de migrações moçárabes ou, pelo contrário, resultará de "arabização" voluntarista por parte de comunidades com grande autonomia e capacidade de defesa própria que, ao sabor das conjunturas, mantinham laços privilegiados, ora com cristãos, ora com muçulmanos?²⁹

¹⁹ IAN/TT, *Aguilar*, m. 4, doc. 205. A sua antiguidade pode inferir-se pelo facto de o monarca se lhe referir simplesmente como "grangiam Turris Aquilarum", enquanto uma outra granja localizada em espaço próximo era designada como "grangiam novam de Río Chico".

²⁰ MACHADO, José Pedro, *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa. 1993 (= *Dicionário*). I, p. 227. Cf. Língua euskérica *batz*, reunião e *oki*. lugar. Local de encontro de pastores com os seus rebanhos?

²¹ Lindley Cintra. considera que o facto de surgir no acusativo, quando a tradição anterior utilizaria o genitivo *Escariz*, coloca a sua origem no século X, correspondendo ao primeiro repovoamento de Ramiro II e Ordonho III, à semelhança do que sucedeu com Guadramiro e Vitigudino, topónimos de Além Águeda. CINTRA Luis F. Lindley, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa, (= *Linguagem*) pp. XXXVIII - XXXIX.

²² MACHADO, José Pedro, *Dicionário*, II, p. 869. Genitivo de *Leomiro*, (*leut*, povo e *méreis*, célebre).

²³ *PMH, DC*, I, p. 262.

²⁴ MACHADO, José Pedro, *Dicionário*, I, p. 91.

²⁵ MACHADO, José Pedro, *Dicionário*, I, p. 104.

²⁶ MACHADO, José Pedro, *Dicionário*, I, p. 106.

²⁷ CINTRA Luis F. Lindley, *Linguagem*, XXXIV.

²⁸ MACHADO, José Pedro, *Dicionário*, I, p. 170

²⁹ Na peugada de Gómez-Moreno, SANCHEZ-ALBORNOZ defende uma imigração moçárabe. proveniente do al-Andaluz, *Despoblación y repoblación del*

Aceite esta hipótese, devemos concluir pela manutenção de comunidades autóctones até ao século XII, altura em que se intensificam as acções de povoamento de Fernando II. José Mattoso defende a mesma continuidade quando afirma que a outorga dos foros a Ciudad Rodrigo mais não é que o reconhecimento de uma “comunidade preexistente... em situação de verdadeira autonomia... mas que persistia desde há longos anos entregue a si própria.³⁰”. Da mesma forma deverá ser encarada a constituição das “germanidades”, tão características do Riba Côa, formalizadas, pelo menos, já nos finais do século XII, e que devem ser entendidas como uma manifestação legalizada e controlada de tradicionais hábitos comunitários de autodefesa³¹.

Analisemos, agora, como estas comunidades organizavam o espaço em que viviam e que lhes garantiu a manutenção de autonomias ancestrais. Cremos que a romanização apenas levemente terá influenciado a vida castreja³², pouco interferindo na vida quotidiana das populações, desde que isso não chocasse com a administração e a segurança da “pax romana”. Boa parte dos locais fortificados devem assentar sobre antigos castros das Idades do Bronze³³ e Ferro que,

valle del Duero, Buenos Aires, 1966, pp. 266 e ss., enquanto BARRIOS GARCIA, A., *Toponomastica e historia*, pp. 128-131, MANZANO MORENO, E., *La frontera de al-Andalus en época de los omeyas*, Madrid, 1991, pp. 161-163 e 172-174, e MARTÍN VIÑO, I., *Una comarca periférica en la Edad Media: Sayago, de la autonomía a la dependencia feudal*, (=Sayago) p. 7.

³⁰ MATTOSO, José, “Da comunidade primitiva ao município: o exemplo de Alfaiates”, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, p. 40.

³¹ VICENTE, António M. Balcão, *Santa Maria de Aguiar*, pp. 40-44. Em 1181, Martinho Peres e Sebastião Joanes, *alcaldibus de germanitate*, testemunham dois documentos feitos em Castelo Rodrigo (IAN/TT, *Aguiar*, m. 6, doc. 19 e m. 1, doc. 30.). Ainda na mesma década, em ano que o documento não precisa, verificamos a presença dos alcaides da irmandade, Pedro Centeno e D. Fernando (IAN/TT, *Aguiar*, m. 1, doc. 30.) e COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, pp. 139-140.

³² A quantidade de assentamentos da Idade do Ferro, através da identificação de castros e “berrões” pode dar-nos uma perspectiva da densidade populacional na região. No actual território de Ciudad Rodrigo, a Ocidente do Águeda, podem identificar-se dois castros (Iruña e La Plaza) e quatro “berrões” (Puerto Seguro, Barquilla, Gallegos de Argañan e Iruña). MARTÍN BENITO, Jose Ignacio e MARTÍN BENITO, Juan Carlos, *Prehistoria y romanización de la tierra de Ciudad Rodrigo*, Ciudad Rodrigo, 1994, p. 123. Mais a Norte, em área intimamente ligada ao Riba Côa, a Poente do rio Camaces, há vestígios de “berrões em San Felices de los Gallegos, La Redonda e Lumbrales. Na parte portuguesa do Riba Côa, embora não exista uma inventariação sistemática da ocupação da Idade do Ferro, há referências a “berrões” em Castelo Melhor, S. Pedro do Rio Seco, Freineda e Bismula. Já na margem esquerda do Côa, Castelo Mendo continua a ostentar os seus “berrões” à porta da vila.

³³ O museu da Guarda conserva duas espadas do Bronze, provenientes de Castelo Bom e Vilar Maior, de acordo com informação de Pedro Gomes Barbosa que publicamente agradeço.

atravessando os períodos romano e visigótico, terão encontrado, a partir do século V, motivos para acentuar as suas tendências de autonomia. A manutenção da ganadaria como a principal actividade económica da região, facto comprovado até finais do século XIV, permite-lhes manter a "ambiência" guerreira, garante do seu individualismo e independência. Será a este tipo de castros que se refere a Crónica de Sampiro³⁴ ao aludir "alia plurima castella quod longum est prenotare"? Aliás, no período que medeia até ao século VIII, o facto de constituir a extrema ocidental da Espanha Visigótica terá reforçado o seu sentimento de autonomia marginal.

Foi, no entanto, após a invasão muçulmana que, certamente, se verificaram as maiores mudanças no modelo, até então existente, que poderemos designar como de "nichos ecológicos", de comunidades cuja vida se alicerçava na pecuária e onde as elites locais emergiam em função do prestígio proveniente da posse de um maior número de cabeças de gado e da capacidade para as defender contra os inúmeros perigos que se apresentavam ao longo dos trajectos de transumância. Uma vez que detinham maior número de reses é de admitir que lhes correspondesse uma maior responsabilidade na defesa dos rebanhos comuns, sem que tal deixasse, no entanto, de ser uma tarefa comunitária. Mas, se as responsabilidades aumentavam, naturalmente cresciam, também, os meios para as satisfazer, o que redundava no fortalecimento das próprias elites, lentamente associadas a chefaturas militares. Aliás, terá sido a própria pecuária a influenciar a localização de uma parte dos povoados mais antigos que, preferencialmente se situam no topo de colinas de onde era possível controlar os rebanhos e as áreas de pasto. Os povoamentos mais recentes preferiram áreas de encostas suaves, junto de leitos de ribeiras. Correspondendo os primeiros a núcleos autónomos sem qualquer relação de dependência com o exterior e estruturando-se somente em relações internas de solidariedade, serão os segundos o resultado de uma polinuclearidade dos primeiros? Correspondem os primeiros a uma estrutura gentilica, que ao desintegrar-se assimilará laços preferencialmente de índole territorial, originando comunidades aldeãs, sem que perca completamente aqueles?

Nesta perspectiva se entenderia o abandono de alguns núcleos originais menos adequados a este modelo, como sucedeu com Monforte e Caria Talaia, numa fase em que os poderes externos começaram a fazer-se sentir, com peso, na região.

³⁴ PÉREZ DE URBEL, J. Ed. *Sampiro, su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*, Madrid, 1952, p. 327.

Desta forma a cada núcleo original deveria corresponder um “castelo rural”³⁵, herdeiro do antigo castro. Eram estes homens, simultaneamente pastores e guerreiros, quem assegurava a sua defesa contra as razias provenientes quer do al Andaluz quer do reino asturo-leonês. Aliás, o carácter rudimentar e a ausência de estruturas defensivas complexas apontam no sentido de estes castelos não integrarem qualquer rede de poder monárquico ou senhorial. É o que sucede com o castelo de Vilar Maior que nunca ultrapassou uma simples cerca à qual D. Dinis adossou uma imponente torre, contrastando com a simplicidade daquela. Provavelmente, escavações arqueológicas em Castelo Bom, Castelo Melhor e Almendra não revelariam uma realidade muito diferente, só alterada após as intervenções dionisinas.

Deveremos entender que qualquer “poder central” que pretendesse controlar estas comunidades dificilmente o conseguiria sem recurso às suas elites³⁶ que, eventualmente, veriam nessa ligação uma forma de reforçar o seu prestígio e riqueza face aos vizinhos, mediante o eventual apoio às incursões que, por conta própria, continuavam a fazer em território inimigo, como forma de complementar os escassos recursos proporcionados pela região. É certamente tendo em conta esta situação que Sancho II, já em meados do século XIII, estipula no foral de Castelo Mendo que “non faciatis fossatum nisi cum domino uestro una uice in anno nisi fuerit per beneplacitum uestrum”³⁷.

A capacidade para gerir a autonomia face aos dois contedores e a possibilidade de se aliar ao que, conjunturalmente, maiores vantagens oferecesse diminuíram drasticamente em meados do século XI, com a conquista definitiva da região por Fernando Magno. O Riba Côa iria, no entanto, manter-se uma área propícia às correrias dos dois campos, o que permitia, ainda, alguma margem de manobra às comunidades locais que continuavam a gozar de completa autonomia. O cerco apenas se apertará cem anos mais tarde com a restauração de Ciudad Rodrigo, em 1161³⁸.

Se, até meados do século XII, D. Afonso Henriques privilegiara a expansão para o Sul pela faixa litoral, em direcção ao Tejo,

³⁵ REYES TÉLLEZ, F. e MENÉNDEZ ROBLES, M. L., “Sistemas defensivos altomedievales en las comarcas del Duratón-Riaza (VIII-X)”, *II Congreso de arqueología medieval española*, 1987, vol. III, pp. 632-639 e MARTIN VISO, (=Savago) p. 18.

³⁶ A partir do século XII aparecerão designadas como cavaleiros vilãos. Ver MATTOSO, José. “Da comunidade primitiva ao município: o exemplo de Alfaiates”, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, p. 40.

³⁷ IAN/TT. *Chancelaria de D. Dinis*, Lv I, fl. XXXVIII v. - XXXIX v.

³⁸ GONZALEZ, J. *Alfonso IX*. vol. I, pp. 265-270.

praticamente desprezando as áreas a Oriente do Maciço Central³⁹, os monarcas leoneses tinham concentrado a sua atenção no eixo Zamora Salamanca, antes de se lançarem no controlo da Transerra. Salamanca é “repovoada” em 1102, mas torna-se necessário esperar vinte e um anos para assistir à fundação da diocese de Zamora, enquanto Ledesma apenas receberá foral de Fernando II, em 1161.

Fernando II, liberto da responsabilidade do governo de Castela e, pela entrega de Béjar a este reino, impedido de utilizar a *Guinea* em direcção a Cáceres fica limitado à área de Ciudad Rodrigo para, através da Dalmatia ultrapassar a Transerra em direcção ao Tejo. Não admira, portanto, que tenha “repovoado” Ciudad Rodrigo, apenas quatro anos depois de herdar a coroa, e se tenha empenhado no controlo das autónomas comunidades da região⁴⁰. Sintomaticamente inicia este processo pela instalação de novas comunidades, estranhas à região, mas que mantinham laços preferenciais com o monarca: os monges cistercienses em Santa Maria de Aguiar e os cavaleiros militares de S. Julião no Pereiro. Não admira, pois, que subtraindo direitos à recente diocese de Ciudad Rodrigo, tenha dotado o novo mosteiro com várias herdades⁴¹, ao mesmo tempo que favorecia os cavaleiros de S. Julião com a doação de Reigada e Cinco Vilas⁴², rapidamente ampliadas com as que constam da bula de Lúcio III, em 1183: Vilar Torpim, Ferreira, Colmeal, Almendra Seca e Fonte Seca⁴³.

Se até então a coroa portuguesa se tinha mantido alheia aos destinos do Riba Côa, passa a sentir a presença leonesa como mais uma ameaça às fronteiras do seu território. Nesta perspectiva se devem entender quer a doação de D. Afonso Henriques a Santa Maria de Aguiar, quer a incursão militar em terras de Ciudad Rodrigo do

³⁹ Os forais concedidos durante o seu reinado, na parte oriental da Beira, entre 1130 e 1169. (Numão, Marialva, Moreira de Rei, Trancoso e Celorico da Beira) marcam a linha de cumeada que define a Ocidente a bacia do Côa, nunca a ultrapassando. Desta forma a fundação de Santa Maria de Aguiar surge como acto completamente isolado numa área onde não existia qualquer ponto de apoio militar controlado pelo rei.

⁴⁰ A própria escolha de Ciudad Rodrigo não terá sido inocente. De facto, face ao cruzamento de eixos viários e à sua localização sobranceira ao principal vau do Águeda, junto da Transerra, mostrar-se-ia estrategicamente fundamental no controlo de toda a região. Também a coroa portuguesa se terá apercebido da sua importância, justificando a reacção de D. Sancho.

⁴¹ Vicente, António M. Balcão, *Aguiar*, pp. 100-117.

⁴² GONZÁLEZ, Julio, *Re población*, p. 44 e *Regesta de Fernando II*, p. 444; Cintra, Luís F. Lindley, *Linguagem*, pp. L-LI.

⁴³ Cintra, Luís F. Lindley, *Linguagem*, pp. LIII.

infante Sancho, em 1181, e o posterior recontro de Ervas Tenras contra os cavaleiros de Afonso IX, em 1199.

As comunidades a Ocidente de Ciudad Rodrigo rapidamente passarão a entrar na dependência do poder régio leonês, perdendo grande parte da autonomia de que até então tinham usufruído. Talvez a primeira tenha sido Vilar Maior⁴⁴, imediatamente após a sua conquista aos muçulmanos. De facto, a já referida bula de Lúcio III refere que a sede da Ordem do Pereiro se localiza “in sarracenorum faucibus”. Aliás, a insegurança da região manifestar-se-ia, logo em 1174, quando Abu Jacob cercou Ciudad Rodrigo⁴⁵. Os foros de Castelo Rodrigo ostentam a data de 1209 Setembro, sendo os de Alfaiates e de Castelo Bom anteriores a este⁴⁶. Aliás, o interesse dos monarcas leoneses pelo Riba Côa pode ainda deduzir-se da permanência, pouco habitual, dos dois monarcas na região. Há referências de Fernando II se encontrar em Ciudad Rodrigo em 1171, certamente no regresso da campanha contra Badajoz, e em Janeiro e Maio de 1176. Afonso IX desloca-se a Castelo Rodrigo para lhe conceder foros em 1209, mas já em Março de 1210 se encontra, de novo, em Ciudad Rodrigo para doar à sua catedral “terciam partem de portaginem de illa populatione quam de novo feci in Castelo Roderici... et tertiam partem de moneta quando illam ibi fecerint”⁴⁷, numa clara alusão às expectativas que colocava na importância daquela fortificação fronteiriça do Côa. Se Ciudad Rodrigo surge como um avanço para Ocidente face à importância de Salamanca, Castelo Rodrigo aparece como a resposta de Afonso IX à obra de seu pai, Fernando II que, 50 anos antes havia restaurado a velha *Mirobriga*.

Do lado português a resposta é muito lenta. Se a coroa portuguesa demorou vinte anos a responder à obra de Fernando II em Ciudad Rodrigo, com a expedição derrotada em Gallegos de Argañan, Afonso IX cedo se apercebe do perigo representado pelo “repovoamento” de Pinhel por Sancho I, em 1191, invadindo o território

⁴⁴ VAZ, P^o Francisco e AMBRÓSIO, P^o António, *Alfaiates na órbita da Sacaparte*, Lisboa, 1991, vol. III, pp. 110-111 traduzem um documento que não consegui localizar sobre a concessão dos termos de Vilar Maior em 1177 Agosto 6. “Do Porto de Valongo até à igreja de Mezivula; avança para a Cabeça do Cavalo até às vertentes de Donoro pela carrara que vai ao Vale de Carros e entra no Côa.” Facilmente se depreende que os seus limites, a Norte, confrontam com os dos foros de Castelo Rodrigo de 1209: “ho porto que he dito de Carros e dent adelant pela carreyra daquel mesmo Porto de Carros...”.

⁴⁵ GONZÁLEZ, Julio, *Regesta de Fernando II*, pp. 107-110.

⁴⁶ CINTRA, Luís F. Lindley, *Linguagem*, pp. LXXXII- LXXXVI.

⁴⁷ GONZÁLEZ, Julio, *Alfonso IX*, II, pp. 352-353.

português sete anos depois. Se não impediu que a vila continuasse fortificada⁴⁸ conseguiu, pelo menos, que até ao final do século XIII as forças portuguesas não reivindicassem militarmente a posse da região que passou novamente a ser quase esquecida. D. Sancho I voltaria, ainda, no ano seguinte, a cercar Ciudad Rodrigo, mas sem qualquer consequência. A atenção portuguesa apenas se dirigiria, novamente, para a fronteira do Côa em 1220, quando D. Afonso II concedeu foral à Vila de Touro e em 1220, quando D. Sancho II criou os concelhos de Castelo Mendo e Sortelha em 1229.

Parecia definitivamente estruturada uma fronteira que, desde o Douro até ao maciço central, coincidia com uma barreira natural perfeitamente definida, o vale do Côa, suficientemente marcante no terreno para não deixar qualquer dúvida, mas o permeável bastante para constituir uma permanente porta de entrada às invasões, uma vez que o vale não constituía a barreira representada, a Norte, pelo rio Douro. Clara e definida, a fronteira permanecia vulnerável, apesar da linha de castelos e outras fortificações que se alinhavam ao longo da margem esquerda do rio.

O mesmo sucederia, aliás, no Alentejo, onde o Guadiana não servia de barreira à penetração de qualquer exército invasor, razão pela qual estes espaços seriam sempre motivo de litígio entre os dois reinos.

A ocasião para solucionar o problema surgiu com a instabilidade castelhana, ocorrida com a guerra civil de 1282 e a crise dinástica decorrente da morte de Afonso X. A conjuntura era extraordinariamente favorável, uma vez que a uma Castela em profunda convulsão se opunha Portugal onde a ordem pública era a regra, havia já três décadas, chefiado por um monarca que se cumulava de prestígio, sendo considerado por todos os intervenientes como um interlocutor fundamental.

Sabendo gerir estas vantagens, D. Dinis intervém no conflito com uma habilidade excepcional, doseando milimetricamente a sua intervenção militar e escolhendo diplomaticamente os cenários dessa intervenção, após o acordo de Outubro de 1295, celebrado em Ciudad Rodrigo com Fernando IV e com a benção de D. Maria de Molina. Garante, então, a posse de Moura, Serpa, Aroche e Aracena. O Guadiana deixava de ser a linha de fronteira, servindo estas praças como postos avançados para a sua defesa.

Num ímpeto, D. Dinis muda de aliados e passa a apoiar o infante D. João, em conjunto com os aragoneses. Para fazer valer os seus direitos, ocupa os castelos do Riba Côa e marcha sobre

⁴⁸ Receberia novo foral em 1209.

Salamanca. Valladolid é um alvo apetecido, mas acaba por retirar. Não deixa, no entanto, de ocupar o espaço suficiente para garantir o que poderíamos designar como uma “marca militar” no além Côa.

A linha que será definida em Alcañices, em 1297, garantirá, quer na fronteira do Côa, quer na fronteira do Guadiana, o espaço suficiente para, em termos de estratégia militar, manter uma vigilância essencial às movimentações inimigas no amplo espaço que das torres dos seus castelos se avistavam, ao mesmo tempo que permitia suster qualquer ataque de surpresa durante o tempo necessário para reforçar a linha de defesa da margem ocidental. Este facto torna-se mais claro, ainda, se atentarmos na exiguidade de terreno que, no Riba Côa, é anexado, em contraste com a capacidade de negociação dionisina. Estaria o monarca português a manifestar um senso prático excepcional, quando exigiu apenas um espaço que, sendo para si de vital importância, não justificava futuras hostilidades por parte de Castela? A aceitar-se esta hipótese, compreenderemos melhor a facilidade com que cedeu definitivamente os direitos a Aroche, Aracena e Aiamonte. Campo Maior, Olivença, Mourão e Serpa garantiam a “marca” alentejana, enquanto a Sul da confluência do Chança, o Guadiana garantia por si só a protecção necessária.

Quanto aos cavaleiros vilãos do Riba Côa e à sua autonomia, a nova situação pouco alterava. A sua independência, quer com Castela, quer com Portugal, teria os dias contados face à importância estratégica que a região assumia nas relações entre os dois reinos.

CARTA HIPSOMÉTRICA

RIBA COA



Escala
0 6 12 18 24 30 km

Legenda

50 - 100	100 - 200	200 - 400	400 - 600	600 - 800	800 - 1000	1000 - 1200	> 1200 m
----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-------------	----------

